

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS
Campus Ouro Preto

Letícia Aparecida Maciel Vieira

MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL

Ouro Preto

2017

Letícia Aparecida Maciel Vieira

MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL

Monografia apresentada à Diretoria de Pesquisa, Graduação e Pós-graduação do Instituto Federal Minas Gerais – Campus Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Tecnóloga em Conservação e Restauro de Imóveis

Orientadora: Prof. Dr. Maria Cristina da Rocha Simão

Ouro Preto

2017

LETÍCIA APARECIDA MACIEL VIEIRA

MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL

Trabalho de conclusão de curso submetido à banca examinadora designada pela Diretoria de Pesquisa, Graduação e Pós-graduação do Instituto Federal de Minas Gerais – Campus Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Tecnóloga em Conservação e Restauro de Imóveis.

Aprovado em 24 de abril de 2017 por:

Prof. Maria Cristina da Rocha Simão
IFMG – Campus Ouro Preto

Prof. Alex Fernandes Bohrer
IFMG – Campus Ouro Preto

Jussara Coelho Duarte
Mestranda na UFV

Agradecimentos

À minha família, principalmente, minha mãe Marilene e minha tia Leny por todo apoio durante a graduação.

À professora Cristina, por todo apoio e orientação durante a realização do trabalho.

A todos os professores do curso de Conservação e Restauro,

Aos amigos do curso de Conservação e Restauro por todo companheirismo neste período.

Às amigas Ana Claudia, Camila Victória, Acsa, Ana Lígia pelo apoio nesta reta final.

A todos os entrevistados pela paciência e boa vontade em responder atentamente cada questão.

Resumo

A memória é um fenômeno intrínseco do ser humano. Porém por mais natural que seja possui uma grande limitação que é o esquecimento e é por causa dele que são criados os mais diferentes meios de preservação de memória, conhecidos também como Lugares de Memória, eles são responsáveis por manter vivo o passado. O Patrimônio Cultural, como Lugar de Memória, é responsável por materializar esse passado para a sociedade atual, desse modo há uma intensa relação com a memória coletiva. Através do estudo de caso realizado em Ouro Branco é estabelecida a relação dos indivíduos com o patrimônio cultural a partir de suas lembranças.

Palavras Chave: Patrimônio Cultural; Memória Individual; Memória Coletiva; Lugares de Memória.

Lista de Ilustrações

Figura 01 – Retábulo Mor	26
Figura 02 – Forro da Matriz de Santo Antônio	26
Figura 03 - Capela Nossa Senhora Mãe dos Homens	27
Figura 04 – Igreja de Santo Antônio em Itatiaia	27
Figura 05 – Alterações Praça Santa Cruz	28
Figura 06 – Vistas da Praça Santa Cruz	29
Figura 07 – Tipologia das Coberturas	31
Figura 08 – Volumetria	31
Figura 09 – Mapa de Usos	31
Figura 10 – Área do Estudo de Caso	34
Figura 11 – Casarão Paroquial	35

Lista de Gráficos

Gráfico 01 – Tempo de residência em Ouro Branco	38
Gráfico 02 – Resultados do Grupo 01	40
Gráfico 03 – Resultados do Grupo 02	41
Gráfico 04 – Obras de Restauro Grupo 01.....	42
Gráfico 05 – Obras de Restauro Grupo 02.....	42

Lista de Abreviações

DPHAN - Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPHAN – Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SPHAN – Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Sumário

Introdução	7
1 Memória Individual e Coletiva	9
1.1 Evolução da Memória Coletiva.....	11
1.2 História e Memória.....	15
1.3 Lugares de Memória.....	16
2 Patrimônio Cultural	18
2.1 Patrimônio no Brasil.....	20
3 Memória e Patrimônio em Ouro Branco	23
3.1 Breve Histórico de Ouro Branco	23
3.2 Praça Santa Cruz	25
3.3 Metodologia	30
3.4 Análise de Dados.....	36
4 Considerações Finais.....	43
Referências Bibliográficas	45
Anexos.....	48

Introdução

A memória é um fenômeno natural do ser humano ou pode ser trabalhada ao longo da formação do indivíduo enquanto parte integrante de uma sociedade?

A definição de memória por um único conceito é difícil, quase impossível de ser realizada. Qualquer definição irá depender do ponto de vista em que ela é estudada. Para a Psicologia pode ser entendida como o “*termo geral para denominar a função do sistema nervoso com a capacidade de reconhecer, evocar, reter e fixar as experiências passadas*” enquanto para a informática pode ser entendida como “*conjunto de chips num computador para armazenar dados e programas*” (MICHAELLIS, 2017).

Neste trabalho será considerado o conceito empregado pelas ciências humanas como fenômeno de recriação de lembranças a partir de experiências e sentimentos anteriores. Esse fenômeno pode ocorrer na individualidade e/ou no coletivo. Como definido por Nora (1984) a memória é um fenômeno vivo, em constante transformação, resultado de processos individuais e coletivos, logo, pela sua característica de formação – lembrança e esquecimento – ela é mutável, sujeita a fatores internos e externos.

A memória mesmo sendo uma característica natural do ser humano pode ser manipulada, há meios de memória que contribuem para a lembrança do indivíduo acerca de um fato específico. Esses meios de memória sofreram e sofrem diversas alterações e transformações, a mais profunda delas está diretamente ligada ao surgimento da escrita, que traz a memória do campo auditivo para o visual, possibilitando o surgimento de mnemotécnicas.

A memória também pode ser materializada através dos Lugares de Memória, conceito proposto por Nora (1984), que classifica os lugares que desempenham a função de rememorar algo baseado em três funções: simbólica, funcional e material. Dentro deste conceito de Lugar de Memória encontra-se o Patrimônio Cultural.

O presente trabalho tem como objetivo principal discutir a relação do indivíduo com o patrimônio cultural a partir da compreensão da memória individual. Primeiramente é realizada a revisão bibliográfica acerca dos temas: memória, memória coletiva, memória individual, patrimônio. A partir do conhecimento destes conceitos procura-se estabelecer a relação da cultura com memória. Para consubstanciar a revisão bibliográfica é realizado um estudo de caso

na cidade de Ouro Branco – MG, mais precisamente, na Praça Santa Cruz, tendo como método a observação-interrogação por meio da realização de entrevistas com alguns moradores da cidade. Utilizando como base as entrevistas realizadas pretende-se analisar a relação da memória e a concepção de patrimônio cultural do município, com destaque para os bens localizados no entorno escolhido.

1 Memória Individual e Coletiva

A memória é o fenômeno por onde o ser humano recria suas lembranças sobre as vivências e experiências do passado. Segundo Aristóteles a memória “*esta presente no espírito como alguma coisa que já não está lá, mas já esteve*” (RICOEUR, 2003, p. 2), ou seja, nela são armazenadas informações sobre as coisas que já não existem. Segundo Pierre Nora “*fala-se tanto em memória porque ela já não existe mais*”, ou seja, quando algo é recriado é uma lembrança, não uma memória. Jacques Le Goff (1996) conceitua a memória como um conjunto de informações psíquicas que atualizam e conservam impressões ou informações do passado. Memória, portanto, é o fenômeno que dá vida ao passado, da consciência abstrata do que aconteceu. Essa memória pode acontecer de forma coletiva ou individual.

Por si só, a memória é algo frágil. Está constantemente ligada ao duo de lembranças e esquecimento. Segundo Ricoeur (2003), presença e ausência de fatos. Presença e ausência ou lembrança e esquecimento são fases do processo que definirá o que será ou não memória. A partir desse processo é que serão selecionados os fatos e sentimentos que poderão ser lembrados no futuro. O processo de esquecimento acontece de forma natural e inconsciente, já a lembrança, mesmo que aconteça de forma espontânea, pode sofrer manipulação. É possível que sejam criados meios de memória para que o indivíduo de alguma maneira recrie aquilo que se deseja lembrar. Esses meios de memória podem ser de diversos tipos: fotografias, documentos antigos, edificações ou monumentos. Segundo Pierre Nora (1981) esses são os “Lugares de Memória”.

O próprio processo de formação da memória é responsável por sua fragilidade e fragmentação. Durante o processo de lembrança e esquecimento alguns detalhes deixam de fazer parte da narrativa, apenas alguns pontos específicos de destaque que serão lembrados. Esse fato acaba, por muitas vezes, colocar a memória em dúvida quanto a sua veracidade. Em um testemunho (POLLAK, 1992), por exemplo, há a necessidade de comprovação dos fatos, o relato do indivíduo é contaminado por seus sentimentos, logo ele tende a ser parcial.

A memória, muitas vezes, não é cronológica. Ela utiliza desses pontos específicos de destaque para se localizar no tempo cronológico, porém, nem sempre isso é feito de forma correta. Como no exemplo citado por Pollak (1992) que ao entrevistar certo número de pessoas os fatos narrados são organizados no tempo cronológico a partir de acontecimentos de destaque e

impacto na vida pessoal do indivíduo, como nascimentos ou falecimentos. Porém estes fatos podem voltar em outras situações diferentes daquela que foi citada anteriormente, criando assim certa mistura de informações e dados.

Baseado nas teorias de Leroi-Gourhan de classificação de memória, Le Goff (1996) classifica a memória em três tipos diferentes: memória específica que é aquela correspondente ao comportamento biológico, memória étnica que é relacionada ao comportamento social e memória artificial que é responsável pela reprodução de atos mecânicos sociais.

A construção da memória, segundo Pollak (1992), se baseia em três elementos, eles atuam como base para a sua estrutura. São eles: acontecimentos, que se divide em pessoal e coletivo; personagens e lugares. Os acontecimentos são os fatos que estão armazenados na memória, podendo ser pessoal ou coletivo, aquele que mesmo a pessoa não tenha participado diretamente daquele fato ele interfere na sua memória, por exemplo, um crime que no calor do momento choca uma sociedade inteira. Mesmo a pessoa não tendo participado diretamente da ação, ela tem lembranças referentes a tal fato. Os personagens atuam quase da mesma maneira que os acontecimentos, eles podem ser pessoas do círculo social onde há certo grau de convivência, porém podem ser pessoas famosas, como um personagem histórico. Por fim os lugares são o espaço de memória, onde aqueles fatos e personagens aconteceram. Não necessariamente esses lugares precisam ter grande influência socialmente, pode apenas ser o lugar das férias de infância do indivíduo. Esses fatos ajudam na construção tanto da memória individual quanto da coletiva. Na memória coletiva os acontecimentos são eventos que, de alguma forma, possuem algum significado para a sociedade. Este significado pode representar algum momento de êxito

A memória coletiva também se baseia nesses três elementos – acontecimentos, personagens e lugares – porém de forma mais ampla, onde estes elementos tiveram importância para a sociedade inteira. Eles giram em torno da história comum. Os acontecimentos são aqueles que, de alguma forma, marcam a vida social e assumem um significado para aquela sociedade. Pode ser um momento de avanço que represente um desenvolvimento ou um evento que, ao contrário, represente um retrocesso, ou apenas um fato marcante dentro daquela sociedade. Os personagens são, geralmente, indivíduos que estão inseridos dentro do contexto dos acontecimentos, são responsáveis pelas mudanças. E os lugares, como na memória individual, representa o espaço onde aconteceram tais fatos ou acontecimentos. Segundo Pierre Nora

memória coletiva é “*o que fica no passado vivido dos grupos, ou o que os grupos fazem do passado*” (Apud Le Goff, 1996, p. 472.). Porém este tipo de memória sofre constante manipulação por parte das classes dominantes. Deter o controle sobre a memória representa a dominação.

A memória coletiva está intimamente ligada com as experiências particulares da sociedade. Em um mesmo país pode haver inúmeras memórias, até mesmo nas cidades cada bairro carrega em seu imaginário suas particularidades “históricas” que dão suporte para o desenvolvimento da memória grupo.

1.1 Evolução da Memória Coletiva¹

Le Goff (1996) segundo as teorias de Leroi-Gourhan sobre memória coletiva faz a seguinte divisão acerca das fases da memória na sociedade: Memória Étnica; transição de Memória Oral para a Memória Escrita; Memória Medieval baseada na oralidade e na escrita; o progresso da memória da Renascença à atualidade e a memória contemporânea.

Memória Étnica ocorreria em sociedades que não dominam a habilidade de escrita onde todo tipo de conhecimento é passado pela oralidade. Desse modo os fatores de memória se baseiam na vida e nos acontecimentos cotidianos e são transmitidos através de um homem-memória que proporciona a união e coesão do grupo. Toda essa atividade acontece de forma inconsciente e não há qualquer procedimento mnemotécnico, que só irá surgir anos depois na Grécia aliado à prática da escrita. A memória ocorre através de reconstrução generativa. Muitas vezes essa reconstrução acontece nos versos de canções populares. Nas sociedades sem escrita é possível ver a necessidade de uma história. Normalmente os acontecimentos narrados são a respeito da origem do grupo, os chamados Mitos de Origem, sobre o prestígio das famílias dominantes e por fim sobre os saberes técnicos ligados à magia religiosa.

Com o surgimento da escrita surgem modos de registro de memória. A primeira forma de registro são as inscrições sobre estelas e obeliscos. Esses objetos são responsáveis por conter dados importantes sobre fatos da sociedade, geralmente, vitórias e glórias. Porém essas inscrições representavam apenas os interesses das classes dominantes.

¹ Texto baseado no Capítulo “Memória” do Livro “História e Memória” de Jacques Le Goff (1996).

No Egito além das estelas e obeliscos de comemoração surgem também artefatos voltados para a morte. São os monumentos funerários que narram a vida do morto como forma de manter seus atos em vida vivos na memória daqueles que ainda vivem. O auge da utilização destes meios de memória fica por conta das civilizações gregas e romanas, onde a produção acontece em grande escala. Eles são instalados em diversos pontos da cidade: cemitérios, templos, praças e avenidas. Essa grande difusão de informações atribui à memória o caráter de publicidade. O que antes era restrito aos ambientes privados agora está em locais públicos onde qualquer indivíduo pode ter acesso, isso faz com que haja maior difusão e ampliação da memória coletiva. Esses objetos são confeccionados em pedra e mármore o que lhes garante durabilidade e ostentação.

A outra forma de memória desenvolvida a partir da escrita são os documentos sobre suporte próprio para a técnica: papiro, pergaminhos e papel. Esses documentos tem a função de armazenamento de informações e como vantagem são independentes do tempo e espaço em que são produzidos, além de permitirem a reorganização, reexame e retificação de seu conteúdo.

Os primeiros modelos de arquivo que futuramente transformariam em instituições de memória são criados neste período, por reis que procuravam formas de registrar suas atividades e armazenar documentos sobre sua administração.

A transição da memória oral para a memória escrita possibilita o surgimento das mnemotécnicas. O que antes era baseado apenas no sentido auditivo passa a utilizar o sentido visual.

A Idade Média é marcada pelo domínio da Igreja. A memória sofre uma espécie de cristianização. O catolicismo e o judaísmo são religiões de recordação, ou seja, sua ideologia é baseada em atos divinos que ocorreram no passado. O ensino da doutrina Cristã é a memória, enquanto o culto é o ano mnemônico de comemoração. Na Bíblia é claro o dever do fiel em estar em constante lembrança sobre o que aconteceu com seus antepassados religiosos. Como algumas passagens do livro *Deuteronômio* "*Lembra-te. Não esqueças que iraste Yahvéh teu Deus, no deserto*" [9, 7] e "*Lembra-te o que Yahvéh teu Deus fez a Miryam, durante a fuga do Egito*" [2, 9]. Além dos estudos realizados acerca da religião havia outras representações que tinham como objetivo a memorização dos acontecimentos passados: as Igrejas, a comemoração do nascimento/morte dos santos, livros de obituários e ex-votos, por exemplo.

Apesar de todos esses meios de memória a figura do homem-memória ainda permanece com grande importância dentro da sociedade comum. Eles eram responsáveis pela transmissão da memória técnica, ou seja, aquelas necessárias às atividades de sobrevivência, sendo assim, eram pessoas com prestígio no círculo social. Mesmo com grande avanço na escrita podemos perceber que a memória oral ainda ocupa importante lugar no contexto social.

Com o desenvolvimento da imprensa no século XVIII acontece uma revolução no campo da memória. A maior veiculação de documentos escritos possibilitou o acesso a um novo tipo de meio de memória àquelas pessoas que antes só tinha como referência a memória oral. Além dos documentos veiculados pela imprensa os dicionários e as enciclopédias também passam a ser meios de memória.

A memória nacional assume outra característica a partir da Revolução Francesa. Em 1790 são criados os Arquivos Nacionais e quatro anos mais tarde, em 1794, toda a documentação destes arquivos torna-se pública. A criação de Arquivos chega até a Inglaterra, depois ao Vaticano e aos poucos esse costume espalha-se pela Europa. Logo depois da criação dos Arquivos é a vez dos Museus e Bibliotecas terem destaque como lugares de memória.

O período do Renascimento é marcado pela transição de valores culturais da Idade Média para um mundo totalmente novo. Entre as transformações desse período está o surgimento da imprensa que para a memória também representou uma grande transformação. A partir da imprensa acontece a exteriorização da memória, há uma ampliação no público alvo dos documentos escritos. O que antes era reservado apenas ao clero e uma pequena parte da elite passa a ser disponível para a nova classe emergente, a burguesia.

No século XX o avanço da tecnologia, principalmente durante a Segunda Guerra Mundial, possibilita novas formas de conservação e preservação de memória são criadas. É neste momento que a memória eletrônica – os computadores – assume um lugar de destaque. A conceituação de memória através de metáforas assume outra forma. Agora ela é dada através da explicação da memória de um computador, que armazena informações e sempre que lhe é solicitado traz a superfície esses os dados mnemônicos.

O estudo da memória coletiva foi altamente favorecido pela constituição das ciências sociais que favoreceu o seu estudo de forma interdisciplinar. Além das ciências biológicas, as ciências sociais como História, Antropologia e Sociologia se ocupam do fato da memória no meio social.

A memória antes escrita em livros e monumentos agora está concentrada “*nas imagens, nos gestos, nos ritos e nas festas; é uma conversão do olhar histórico*” (LE GOFF, 1996, p. 472). Ela torna-se agora um objeto, partilhado pelo grande público, que sofre com o medo de sua perda.

O reconhecimento da história oral é outro ponto importante do século XX, com ele a memória produzida por esta história, deixa de ter uma única e verdadeira voz, podendo agora ser realizado por todos. Como o trabalho realizado na Grã-Bretanha, o “History WorkShops, que realizou o levantamento histórico e conseqüentemente a memória coletiva dos operários industriais.

Ao longo dos anos a criação de meios de memória apresentou grande desenvolvimento. Atualmente as formas de registros de memória são as mais diversas, o que antes só era possível registrar em papel, agora é possível em computadores, celulares e fotografias instantâneas. O que a princípio deveria ser um avanço é questionado por alguns autores, Pierre Nora é um deles. Para Nora (1984) essa facilidade de conservação da memória faz com que a memória natural do ser humano caia em desuso e, conseqüentemente, perca algumas de suas habilidades. Isso acontece porque não há a necessidade de guardar fatos apenas pela memória. Andreas Huyssen, professor da Universidade de Columbia, também questiona os efeitos dessa facilidade em ter meios de memória:

A acusação é feita através de uma crítica a mídia, a despeito do fato de que é precisamente essa, desde a imprensa e a televisão até os CD-Roms e a internet que faz a memória ficar cada vez mais disponível para nós a cada dia. Mas e se o aumento explosivo de memória for inevitavelmente acompanhado por um aumento explosivo do esquecimento? E se as relações entre memória e esquecimento estiverem realmente sendo transformadas, sob pressões nas quais as novas tecnologias de informação, as políticas midiáticas e o consumo desenfreado estiverem começando a cobrar seu preço? (VIEIRA, 2015, p. 2)

Desde as suas primeiras formas, a memória, se mostra uma característica natural e necessária do ser humano. De uma forma ou outra se procura meios para que ela seja preservada. Nas sociedades sem escrita isso acontece através de narrações realizadas pelos “homens-memória” ou por músicas que em suas letras procuram eternizar um momento. Já nas sociedades que possuem a possibilidade de escrita o principal meio de preservação passa a ser o registro.

A necessidade do passado do ser humano explica a procura pela preservação da memória. O indivíduo, de acordo com suas possibilidades, procura narrar os acontecimentos que

aconteceram antes de sua existência. Segundo Lowenthal (1992) isso vem da capacidade de o passado completar o as lacunas do presente.

1.2 *História e Memória*

A história é a ciência dos homens no tempo (BLOCH, 2001), suas perspectivas, continuidades e rupturas através dos vestígios deixados no tempo. Esses vestígios podem ser dos mais variados tipos: documentos escritos ou fotos, por exemplo. Já memória, como foi dito, é o resultado de experiências e sentimentos de um indivíduo ou sociedade que pode, ou não, se tornar uma narrativa.

Enquanto a memória é baseada nas experiências e sentimentos, a história utiliza de métodos científicos pré-determinados para construir sua narrativa. Segundo Marc Bloch (2001) o historiador deve ser, primeiramente, cético, a partir daí surge a crítica sobre a fonte. É neste contexto que a primeira diferença entre elas aparece. O método de construção da memória que é baseado na individualidade, mesmo em situações de memória coletiva, é completamente parcial. A narrativa construída estará diretamente relacionada com o posicionamento do indivíduo na determinada situação narrada. Já a história, por seguir seus métodos científicos, procura apresentar maior imparcialidade dos fatos em suas narrativas. Deste modo a história acaba por desautorizar *“as representações produzidas pela memória “espontânea” da sociedade, destruindo seus suportes, atacando seus princípios, seus pressupostos, seus símbolos”* (GUARINELLO, 1993, p. 181)

Mesmo estando, algumas vezes, em opostos, memória e história, acabam por se relacionar. A memória fornece dados para a história construir sua narrativa e a narrativa histórica, por sua vez, expõe dados e fatos que poderão fazer parte da memória coletiva. A história *“enriquece as representações possíveis de memória coletiva, fornece símbolos, conceitos, instrumentos rigorosos para que a sociedade pense a si mesma em sua relação com o passado”* (GUARINELLO, 1993, p. 181). Assim a diferenciação do que é história e memória na memória torna-se uma tarefa difícil. Estamos *“incertos de onde a memória termina e onde a história começa”* (LOWENTHAL, 1998, p. 167). Mesmo que a memória individual seja exclusiva ela está sujeita a compartilhamentos de memórias sociais.

A própria colocação de história e memória (LOWNETHAL, 1998, p. 107) desagradam alguns historiadores por considerarem que a história vem de um trabalho exigente enquanto a memória apresenta-se de modo passível, que não pode ser deduzida e muito menos comprovada.

História e memória se diferenciam quanto a transmissão, preservação e alteração. A transmissão da história, normalmente, é feita por instituições de ensino ou veiculada por meios oficiais, preservada através do ensino contínuo e para alterá-la é necessário um estudo acerca do conteúdo a ser alterado. Já a memória é transmitida informalmente e naturalmente para o indivíduo, a sua preservação acontece através das narrativas que passam de geração em geração e das tradições que se repetem ao longo dos anos, o processo de alteração de memória acontece, também, de forma natural e involuntária, fatos e dados caem no esquecimento enquanto outros tornam-se lembranças vivas. A memória coletiva é algo que acontece socialmente e depende da sociedade, num todo, para que se modifique, a história, por sua vez, é mais estável quanto as transformações.

Do mesmo modo que a memória atua na construção da identidade, a história, é responsável pela criação da autocrítica coletiva. As sociedades se utilizam da própria história para entender o que são e o que podem vir a ser.

História e Memória são responsáveis pelo conhecimento acerca do passado, porém apenas a história tem “autorização” para realizá-lo. História então torna-se “*a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais*” (NORA, 1993, p. 9).

1.3 Lugares de Memória

A memória, como reflexo das experiências e sentimentos de um indivíduo no passado, envolve processos de formação complexos que podem ser manipulados para lembrança ou talvez para o esquecimento.

O esquecimento é o ponto frágil da memória. Ele é responsável pelo sentimento de descontinuidade e vazio em relação ao passado e é por isso que são criados os meios e as técnicas de lembrança. Entre os meios de lembrança estão os Lugares de Memória, conceito elaborado por Pierre Nora em 1984. Segundo o autor “*Há locais de memória porque não há meios de memória*”

(NORA, 1993, p. 7). Como o próprio autor classifica, os Lugares de Memória, são os “restos” do passado que de algum modo sobreviveram ao tempo e chegaram ao presente.

Os Lugares de Memória surgem da necessidade de lembrança, segundo Nora “*os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea*” (NORA, 1993, p.13), esta afirmação pode ser aplicada apenas às sociedades contemporâneas à escrita – momento em que a memória oral passa a ser também visual – pois não é possível desconsiderar a memória oral das sociedades anterior a este momento na história. Neste contexto enquanto a memória dá o significado, o sentimento, a história transforma e solidifica o lugar de memória, ou seja, a memória está diretamente ligada ao sentimento que aquele lugar representa no local onde está inserido, enquanto a história sustenta esse sentimento.

Os Lugares de Memória (NORA, 1993) se baseiam em três aspectos diferentes: material, simbólico e funcional, que coexistem sempre. Mesmo que determinado lugar aparentemente só demonstre um desses aspectos ele só será realmente um lugar de memória se os outros dois aspectos, de uma forma ou outra, estiverem presentes. O aspecto material representa o conteúdo demográfico, o funcional é a transmissão e a cristalização da memória a partir daquele meio e o simbólico é o significado que o lugar assume em relação a memória. Porém, para que o Lugar de Memória, baseado nesses três aspectos, de fato aconteça, é necessária à vontade da memória. Caso não haja a intenção de memória os Lugares de Memória passariam a serem lugares de história.

2 Patrimônio Cultural

A palavra “patrimônio” vem do latim *patrimonium* que significa herança familiar, bens familiares ou bens materiais que pertence a uma pessoa, instituição ou coletividade (MICHAELLIS, 2017), ou seja, é algo do passado que permanece no presente, ultrapassando a barreira do tempo. No caso do patrimônio cultural é algo deixado por uma sociedade anterior que, de alguma forma, através da memória, representa um valor comum. Segundo a Constituição Federal de 1988:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
 I - as formas de expressão;
 I - as formas de expressão;
 II - os modos de criar, fazer e viver;
 II - os modos de criar, fazer e viver;
 III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
 IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
 V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988)

A concepção e preocupação com o patrimônio, no mundo ocidental, começa a criar a forma como conhecemos hoje por volta do século XIX, em consequência da Revolução Industrial, onde a sociedade começou a interagir de maneira diferente com o seu espaço. Essa mudança de interação está ligada as transformações das relações de trabalho, as rápidas mudanças nas técnicas e tecnologias e pelo rápido processo de urbanização. A Revolução Industrial foi marcada por intensa aceleração histórica, as rupturas intensas provocaram intensas lacunas, é talvez, neste momento que surge a preocupação em preservar o passado.

Surgem então correntes teóricas que discutem os conceitos de preservação e restauração dos monumentos históricos. Uma das primeiras teorias formuladas no século XIX a respeito do processo de restauração é do arquiteto francês Eugène Viollet-Le- Duc (1814 – 1879) que propõe buscar a pureza do estilo a partir da reconstrução estilística, mesmo que para isso fosse necessário desconsiderar a historicidade da edificação. Para Le Duc “*restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo em um estado completo que pode ou não ter existido nunca em dado momento*” (LE DUC, 2000, p. 27), ou seja, era função do arquiteto

intervir na edificação de modo que ela ficasse mais fiel possível ao seu estilo, mesmo que esse estilo original nunca tenha existido. Era importante restituir e reconstruir melhorando os defeitos a procura de um ideal, para isso, era importante o conhecimento acerca das técnicas antigas, porém, para a realização da obra seria aplicadas técnicas modernas de construção.

No mesmo período em que Le Duc esta propondo suas ideias, surge na Inglaterra uma nova corrente teórica que o critica. Um dos teóricos responsável por essas críticas era John Ruskin (1819 – 1900) que propunha que o edifício deveria permanecer intacto, seguindo o seu curso de vida, criticava qualquer alteração posterior da edificação, para ele qualquer acréscimo realizado poderia se tornar uma mentira arquitetônica. Para a preservação da edificação era importante a conservação preventiva e não o restauro. O restauro representava um atentado ao edifício.

Na Itália surgem novos teóricos que procuram discutir o restauro e as possíveis formas de conservar e preservar o patrimônio histórico, Camilo Boito (1836 – 1914) e Gustavo Giovannoni (1873 – 1947) são os principais responsáveis pela elaboração das teorias no país. Para Boito (2003) era importante haver um equilíbrio entre as ideias de Ruskin e Le Duc, a manutenção constante é importante para a conservação do edifício e a realização de um restauro seria a última opção. Quanto as adições realizadas ao longo do tempo elas fazem parte do edifício, de uma forma ou outra, relatam sua história, deste modo elas devem ser mantidas. Durante o processo de intervenção qualquer alteração ou acréscimo deveria ser realizado com materiais diferentes do original de modo que fosse possível identificar o que é acréscimo e o que é original, essas alterações além de serem perceptíveis, deveriam ser registradas.

Giovannoni baseando nas teorias formuladas por Camilo Boito dá destaque para a questão urbanística do entorno do bem. Para o teórico o entorno do patrimônio histórico deveria ser preservado de modo que houvesse uma interação entre os novos edifícios e o patrimônio histórico. As ideias de Boito e Giovannoni contribuíram para a Carta de Atenas, elaborada em 1931, no IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna.

A Carta de Atenas foi a primeira das Cartas Patrimoniais² que discutia diversos aspectos referentes a preservação do patrimônio histórico, entre eles: a manutenção regular das edificações que seria uma forma de garantir a durabilidade do edifício; a administração e legislação sobre os monumentos históricos; a relação com entorno, incluindo como deveriam ser

² Cartas Patrimoniais: Documentos derivados de organismos internacionais de caráter indicativo ou prescritivo.

as novas construções; os materiais a serem utilizados nas futuras intervenções, as técnicas de conservação, além de recomendar:

- 1º- A colaboração, em cada país, dos conservadores de monumentos e dos arquitectos com os representantes das ciências físicas, químicas e naturais, para conseguir alcançar métodos aplicáveis aos diferentes casos.
- 2º- Ao Conselho Internacional de Museus que se mantenha ao corrente dos trabalhos empreendidos em cada país sobre estas matérias e que lhes dê lugar nas suas publicações. (Trecho da Carta de Atenas)

No século XX, principalmente após a II Guerra Mundial, período marcado pela destruição de inúmeros monumentos arquitetônicos, transformou-se a forma de compreender o patrimônio e as possibilidades de intervenção. Neste contexto surge uma nova corrente teórica proposta por Cesare Brandi, que propunha

a restauração deve visar ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte no tempo. (BRANDI, 2000, p. 33)

Desse modo as intervenções de restauro deveriam apenas reestabelecer a unidade do bem, sem realizar acréscimos que caracterizassem um falso histórico ou artístico, respeitando e preservando as marcas do tempo presentes na edificação. O estado de conservação é fator importante para a realização de uma intervenção de restauro, ele irá definir até que ponto será possível a restauração, que deverá *“limitar-se a desenvolver as sugestões implícitas nos próprios fragmentos ou encontráveis em testemunhos autênticos do estado originário”* (BRANDI, 2000, p. 47)

Brandi (2000) ainda propõe alguns princípios empíricos para a realização do restauro. Para o autor é importante que qualquer integração realizada no momento não agrida a sua unidade, ou seja, ela deveria ser invisível a certa distância, sendo reconhecida apenas à uma visão aproximada e que as intervenções de *“restauro realizadas não torne impossível mas, antes, facilite as eventuais intervenções futuras”* (BRANDI, 2000, p. 48)

2.1 Patrimônio no Brasil

A conceituação e a preocupação com o Patrimônio Cultural data, no Brasil, o início do século XX. A República recém instituída procurava estabelecer a identidade nacional, para isso são criados órgãos e medidas a fim de assegurar a preservação dos bens culturais.

Segundo dados do IPHAN³ os acontecimentos que levaram à criação dos primeiros meios de preservação no Brasil tiveram início ainda em 1916 quando Alceu Amoroso Lima e Rodrigo Melo Franco de Andrade realizam uma expedição ao interior de Minas Gerais a fim de encontrar elementos que resgatassem a história e a memória do país. E neste momento que eles fazem a “descoberta” do barroco e levantam a questão da necessidade da sua preservação.

Quase 20 anos depois, em 1937, são criadas as primeiras leis e procedimentos de salvaguarda de patrimônio cultural no Brasil, que serviriam como base para todas as leis posteriores. É neste ano que é criado o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) pela lei nº 378 de 13 de agosto de 1937.

A primeira menção jurídica a respeito da definição do que seria o Patrimônio Histórico e Artístico no Brasil foi feita no Decreto Lei nº 25, decretado, também, em 1937, onde fica estabelecido o que seria considerado Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Já no artigo 1º há a seguinte descrição:

Art. 1º Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (BRASIL, 1937)

O Decreto-Lei nº25 além de definir o que seria considerado Patrimônio institui o tombamento, que até hoje é o principal meio de proteção. O tombamento é o registro em um dos quatro livros de tombos criados: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo de Belas Artes; Livro do Tombo das Artes Aplicadas. Após o tombamento qualquer alteração a ser realizada, desde alteração física ou de proprietário deve ser comunicada ao órgão responsável, SPHAN. Todo processo de tombamento poderia ser voluntário ou compulsório, independente do proprietário ser pessoa jurídica ou física.

O primeiro grande ato de tombamento aconteceu no ano seguinte. Em 1938, o SPHAN realizou o tombamento de 234 bens, móveis e imóveis, em dez estados diferentes, onde

³ Dados da Linha do Tempo do IPHAN.

estava incluso os Conjuntos Arquitetônicos e Urbanísticos das cidades de Ouro Preto, Mariana, São João Del Rei, Diamantina, Serro e Tiradentes, todas no estado de Minas Gerais.

Nos anos seguintes, segundo o IPHAN, são realizadas ações a fim de garantir a conservação e preservação do Patrimônio Histórico Nacional, como a criação das regionais do SPHAN, que eram responsáveis por dois ou três estados como, por exemplo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, Amazonas e Para, Bahia e Sergipe. No ano de 1940 é sancionado o Decreto-Lei 2.848 que, segundo o Art. 165, qualquer dano em objeto de valor artístico, arqueológico ou histórico, tombado pelas autoridades competentes, teria a pena de detenção, de seis meses a um ano, e multa ao infrator. Em 1946 o SPHAN passa a se chamar Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), órgão subordinado ao Ministério da Educação e Saúde. Apenas em 1970 que o DPHAN passa a se chamar Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Até a década de 1970 a preservação de bens culturais estava diretamente ligada a bens imóveis. Apenas com a nova constituição em 1988 que essa realidade começa a mudar. São inseridos como patrimônio cultural bens de natureza material e imaterial. Segundo o artigo 216:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, os objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artísticas-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988)

As mudanças apresentadas na constituição de 1988 expressam a transformação de concepção sobre o que é patrimônio cultural nacional. Os tipos de bens inseridos contemplam maiores espaços e diversas situações sociais. O que antes era restrito às camadas mais ricas da sociedade agora abrange as camadas mais populares. O patrimônio deixa de ser apenas elitizado para ser também popular.

3 Memória e Patrimônio em Ouro Branco

3.1 Breve Histórico de Ouro Branco

É costume atribuir a fundação de Ouro Branco a dois bandeirantes, Miguel Garcia de Almeida Cunha e Manuel Garcia, ambos pertencentes à expedição de Borba Gato, porém, não há qualquer documentação que comprove que esses dois bandeirantes estiveram na região. O que se pode afirmar é que, como outros arraiais do mesmo período, a região que corresponde atualmente à cidade de Ouro Branco, começou a ser ocupada no final do século XVII por bandeiras paulistas. A ocupação do território inicia-se próximo à Serra de Itatitaia ou Serra do Deus-Te-Livre, onde foi descoberto ouro de aspecto esbranquiçado, de cor argentífera, que daria nome ao arraial: Santo Antônio de Ouro Branco. O crescimento considerável durante os primeiros anos de mineração fez com que o povoado fosse elevado à sede paroquial em fevereiro de 1724.

O povoado estava localizado as margens das principais estradas e rotas de abastecimento da região, segundo mapas da época, era o ponto de convergência entre o Caminho Novo e o Caminho Velho, o que garantiu certa possibilidade de crescimento econômico.

Apesar do crescimento econômico é bem provável que Ouro Branco não tenha sofrido aumento populacional considerável, visto que não houve necessidade da saída das irmandades da Matriz. Fato que possibilitou a concentração de recursos para a ornamentação da igreja, que segundo a tradição teve a construção iniciada em 1717. Na Matriz é possível encontrar retábulos do estilo Dom João V (Fig. 01) além da pintura do forro (Fig. 02) que, ao que tudo indica, foi realizada por Manuel da Costa Ataíde.



Figura 01: Retábulo Mor

Fonte: Cintia Murta, 2015.



Figura 02: Forro da Matriz de Santo Antônio

Fonte: <https://acervodigital.unesp.br/> acesso em abril de 2017

A característica de povoado pequeno permanece durante a primeira metade do século XX. Apenas em 1953, quando deixa de ser distrito de Ouro Preto e é elevado à categoria de cidade, pela Lei 1039, de 12 de dezembro, há um considerável desenvolvimento urbano que foi intensificado anos mais tarde com a implantação da Siderúrgica AÇOMINAS.

Mesmo com tantos anos de história são poucos os exemplares arquitetônicos ainda encontrados na cidade. Tendo como destaque a Igreja Matriz de Santo Antônio, a Capela de Nossa Senhora Mãe dos Homens (Fig. 03) localizadas no centro da cidade e a Igreja de Santo Antônio em Itatiaia (Fig. 04).



Figura 03: Capela Nossa Senhora Mãe dos Homens

Fonte: Leticia Maciel, abril 2017



Figura 04: Igreja de Santo Antônio em Itatiaia

Fonte: Leticia Maciel, abril 2017

3.2 *Praça Santa Cruz*

O estudo de caso será realizado especificamente na Praça Santa Cruz, portanto, será realizada uma breve descrição da praça e de seu entorno.

A Praça Santa Cruz apresenta, em sua maioria, atividades do setor terciário, porém também é possível encontrar algumas residências, apresentando, na maioria dos casos o seguinte modelo: comércio à frente e residência na parte dos fundos.

A ocupação dentro dos lotes acontece da seguinte forma: ocupação da região frontal do lote, característica herdada da época que elas foram construídas, não há afastamento lateral. O que varia é o afastamento dos fundos, isso porque muitos deles apresentam outras moradias, conhecidas como ‘barracos’, que possuem a finalidade de serem alugados.

Não há um estilo arquitetônico predominante. Apesar do grande número de casas remanescentes do período colonial, as características originais não foram preservadas, o que é possível visualizar é o resultado de diversas alterações ao longo dos anos (Fig. 05). Porém essas reformas não aconteceram no mesmo espaço de tempo, cada casa foi reformada em um período diferente, e isso fez com que cada uma, atualmente, apresente características próprias do período que ela foi reformada. Assim como no entorno, a Praça Santa Cruz, foi alvo de inúmeras transformações e intervenções (Fig. 06).



(a)



(b)

Figura 05: Alterações na Praça Santa Cruz

Fonte: Leticia Maciel, abril 2017.



(a) Praça Santa Cruz início do século XX.

Fonte: Acervo da Família Junqueira



(b) Cerimônia de Sete de Setembro realizada em 1972.

Fonte: Acervo da Família Junqueira



(c) Praça Santa Cruz ante da última revitalização realizada em 2016.

Fonte: <https://feriastur.com.br/> acesso em março de 2017.



(d) Praça Santa Cruz ante da última revitalização realizada em 2016.

Fonte: <https://feriastur.com.br/> acesso em março de 2017.



(e) Praça após a revitalização

Fonte: Letícia Maciel, março 2017.



(f) Praça após a revitalização

Fonte: Letícia Maciel, março 2017.



(g) Praça após a revitalização

Fonte: Letícia Maciel, março 2017.



(h) Praça após a revitalização

Fonte: Letícia Maciel, março 2017.

Figura 06: Vistas da Praça Santa Cruz

As coberturas apresentam inclinação de diferentes tipos. A quantidade de águas varia de uma a quatro águas e é possível encontrar os seguintes tipos de cobertura: lajes, metálicas, telhas cerâmicas, fibrocimento, telha de amianto e mista (Fig. 07). O número de pavimentos também varia de um a quatro pavimentos (Fig. 08), sendo que muitas vezes o quarto apresenta uma varanda, também conhecida como varanda paulista. Quanto aos usos das edificações do entorno estão: exclusivamente residencial ou comercial, misto, lazer e religioso (Fig. 09).

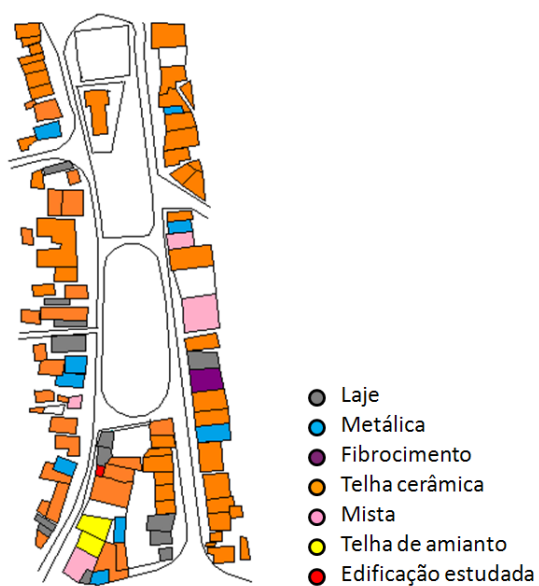


Figura 07: Tipologia de Cobertura

Fonte: Natália Rodrigues, 2013⁴.

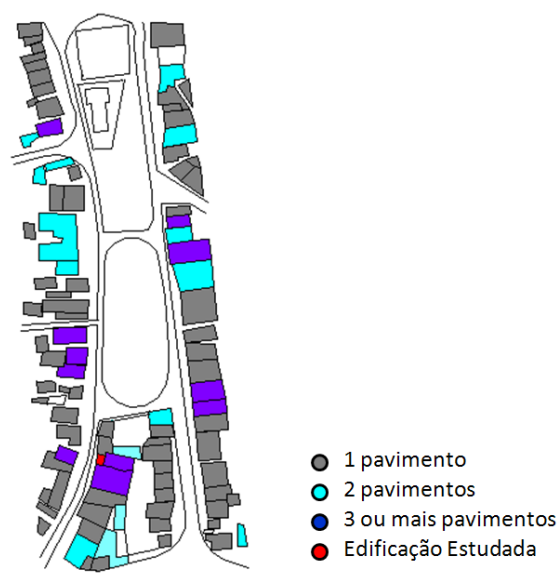


Figura 08: Volumetria

Fonte: Natália Rodrigues, 2013.

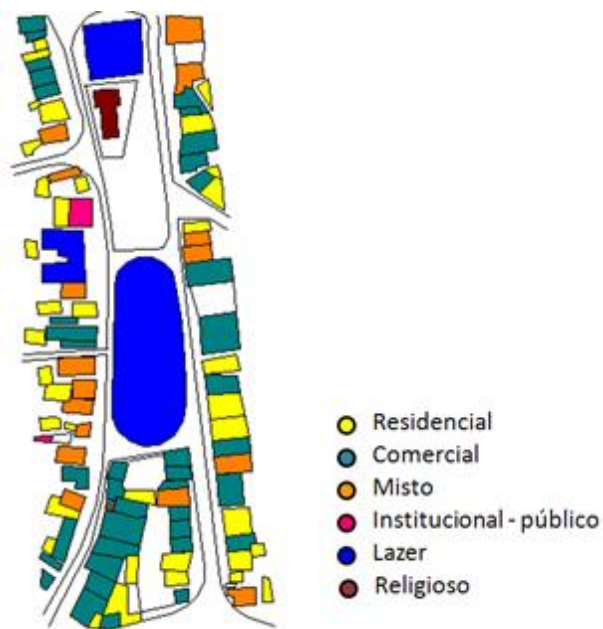


Figura 09: Mapa de Usos

Fonte: Natália Rodrigues, 2013.

⁴ Mapas do trabalho apresentado à disciplina de Prática em Restauro I no Instituto Federal de Minas Gerais no ano de 2014.

Esse perímetro, de acordo com o Plano Diretor⁵, é considerado como a parte histórica da cidade, contendo a maioria das edificações remanescentes do período colonial: a Capela Nossa Senhora Mãe dos Homens, construída na segunda metade do século XIX; a antiga Casa Paroquial que está localizada ao lado da Matriz de Santo Antônio e as últimas casas deste período que preservam suas características originais.

Quanto às manifestações culturais, a região é sede da tradicional festa do padroeiro da cidade Santo Antônio. A festa é realizada na Praça Santa Cruz e se inicia sempre no dia 1º de junho com a tradicional Cavalcada de Santo Antônio e termina no dia 13 de junho, dia do santo, com o último dia da trezena. Também podemos citar a realização do Festival de Inverno e Desfile Cívico de Sete de Setembro.

3.3 Metodologia

A realização de pesquisas no campo das Ciências Humanas segue alguns pressupostos metodológicos para a apuração de dados que visam a autenticidade do trabalho. Para a realização do estudo de caso em questão foi adotado o método observacional e o método observação-interrogação (COUTINHO; CUNHA, 2004). A escolha de uma metodologia específica visa dar suporte para a pesquisa e é a partir dela que se torna possível eleger um problema, sugerir hipóteses, fornecer informações e dados qualitativos e quantitativos para serem analisados posteriormente. Foram utilizados dois métodos de análise: qualitativo e quantitativo. A análise qualitativa pretende estabelecer uma descrição, compreensão e interpretação do objeto de estudo, enquanto a quantitativa, apesar de se basear nestes mesmos princípios, os analisa considerando as possíveis variáveis dentro do contexto.

O método observacional (COUTINHO; CUNHA, 2004) se divide em duas formas de pesquisa: observação controlada e não controlada, que apesar de ser mais simples, para ter rigor científico, apresenta técnicas específicas de observação como o planejamento prévio e conhecimento sobre o assunto. No caso a técnica escolhida é a técnica de observação controlada, onde é realizado o planejamento prévio de todas as etapas de coleta de dados, com o objetivo

⁵ Plano Diretor: Instrumento de política urbana estabelecido pela constituição de 1988. Aprovado segundo a Lei 1.619, de 13 de dezembro de 2007.

diminuir os erros e limitações aumentando, assim, a precisão dos dados coletados. A observação neste estudo baseia-se em analisar o comportamento dos frequentadores da praça em relação ao patrimônio cultural institucionalizado ali presente.

O outro método escolhido de observação-interrogação tem como base a realização de entrevistas, realizadas a partir de um roteiro previamente elaborado, onde pretende-se coletar relatos sobre experiências próprias do indivíduo a partir de suas lembranças sobre o local estudado.

Como dito anteriormente o local escolhido como objeto de estudo escolhido foi a Praça Santa Cruz (Fig. 10), na cidade de Ouro Branco-MG. A escolha da cidade de Ouro Branco foi baseada na atual situação do município em relação ao patrimônio cultural. Atualmente, só há um órgão responsável por todas as questões relacionadas ao patrimônio que é a Secretária de Cultura e Patrimônio, que além dessas atribuições é responsável por todo assunto que envolve cultura dentro do município. Isso automaticamente causa uma defasagem em questões como fiscalização e conseqüentemente no cumprimento de normas e leis, fazendo com que o patrimônio institucionalizado sofra alguns prejuízos quanto a sua conservação e preservação.

A Praça Santa Cruz está inserida dentro da Zona de Perímetro Histórico, segundo o Plano Diretor de 2007. Neste perímetro existem os seguintes bens tombados: Matriz de Santo Antônio, Casa Paroquial, casarões particulares e a Capela Nossa Senhora Mãe dos Homens. O fato de essa região ter a maior concentração bens culturais na cidade foi fator decisivo na escolha do local para objeto de estudo.

As entrevistas foram realizadas em pontos específicos da cidade. O primeiro deles foi a própria Praça Santa Cruz, que corresponde ao Grupo 01 e o segundo foi a região comercial da cidade, localizada na Avenida Mariza de Souza Mendes, conhecida pelos moradores apenas como Avenida, que corresponde ao Grupo 02. A praça, além de ser o próprio local do estudo de caso, foi escolhida por ser a região mais antiga da cidade e por concentrar maior população nativa. Já a Avenida foi escolhida por ser uma região mais nova, caracterizada por haver, em sua maioria, indivíduos que se estabeleceram em Ouro Branco com o intuito de trabalho. A partir desses dois grupos de pesquisa pretende-se analisar a relação do indivíduo com o patrimônio cultural da cidade sob o ponto de vista da memória individual.

O recorte territorial também determinou a escolha dos entrevistados. Na Praça foram encontradas, em sua maioria, pessoas nativas enquanto na avenida pessoas de outras cidades.

Desse modo ao realizar as perguntas será possível estabelecer diferenças ou semelhanças de relação com o patrimônio dos indivíduos que moram próximos ou em bairros mais afastados, em relação ao patrimônio da cidade.

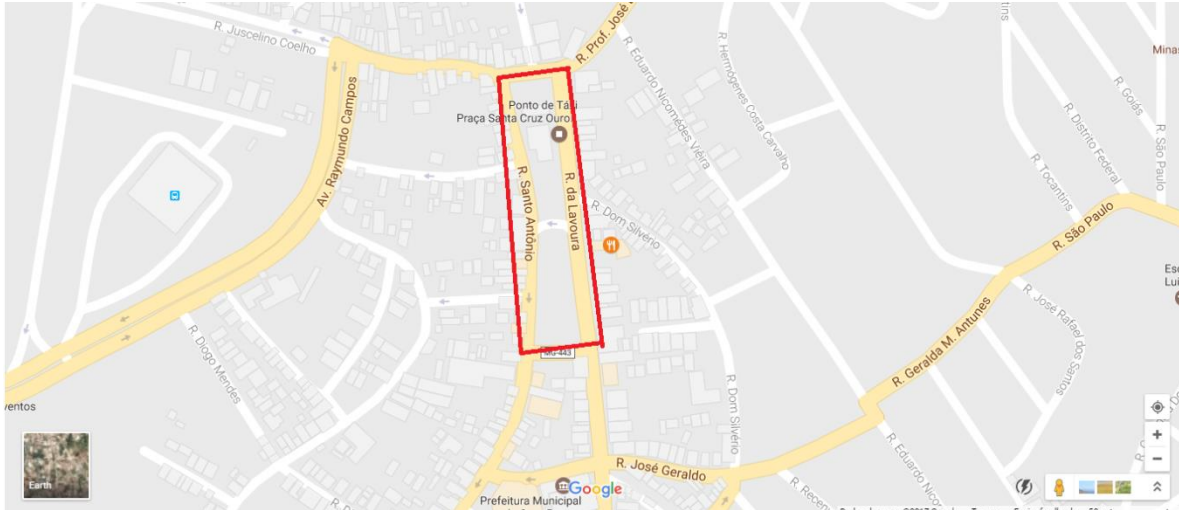


Figura 10: Área do Estudo de Caso

Fonte: Google Maps, acesso em 02/2017.

O roteiro para entrevista (em anexo) possui um breve levantamento de perfil do indivíduo, onde são levantados dados como gênero, idade, escolaridade e local de residência. A primeira parte da entrevista busca dados sobre a conhecimento e compreensão acerca dos conceitos sobre patrimônio cultural, é observado como a comunidade entende esses conceitos aplicados ao dia-a-dia, a segunda parte procura estabelecer a relação do indivíduo com o patrimônio cultural tendo como pressuposto a memória individual, que será identificada a partir de relatos de uso e lembranças, por fim, a terceira parte, é direcionada as obras de restauro realizadas recentemente na Matriz de Santo Antônio e no Casarão Paroquial (Fig. 11), nesta parte será averiguado como as pessoas entendem a realização de um obra de restauro, seus procedimentos e a necessidade de futuras intervenções na cidade.



(a) Antes da intervenção

Fonte:

<http://static.panoramio.com/photos/large/27512636.jpg>



(b) Após Intervenção

Fonte: Letícia Maciel, abril 2017.

Figura 11: Casarão Paroquial

As perguntas são as seguintes:

- *Há quanto tempo você reside na cidade?*

Avaliar como o tempo de residência em determinado local pode contribuir para a criação de uma relação afetiva com o espaço.

- *Você sabe o que Patrimônio Cultural?*

Avaliar o conhecimento do indivíduo sobre o que é Patrimônio Cultural para identificar se essa informação interfere ou não na relação estabelecida com o patrimônio e as memórias acumuladas.

- *Você sabe o que é tombamento?*

Avaliar o conhecimento do indivíduo sobre um dos principais meios de proteção ao patrimônio cultural que é o tombamento.

- *Você conhece os bens tombados da cidade?*

Avaliar o conhecimento do indivíduo sobre os bens que são tombados na cidade. Esta pergunta irá desconsiderar se o indivíduo sabe que o imóvel é tombado ou não. Irá apenas avaliar se ele conhece os bens. Para isso, caso o indivíduo não tenha o conhecimento do tombamento, serão citados os principais bens tombados na cidade.

- *Algum desses bens tombados traz algum tipo de lembrança para você?*

Avaliar o significado do bem para o indivíduo através da memória individual. A pergunta será discursiva para que o entrevistado tenha a possibilidade de relatar fatos de sua memória que exemplifique o significado que o bem cultural possa ter em sua vivência.

- *Os bens tombados são utilizados pela sociedade?*

Avaliar se há utilização dos bens tombados pela sociedade. A utilização dos bens pela sociedade, além de auxiliar no processo de conservação, pode atuar na relação afetiva do indivíduo com o bem. A partir do momento que ele utiliza o espaço há a possibilidade da criação de vínculos afetivos.

- *A comunidade é beneficiada?*

Avaliar se a utilização do espaço traz benefícios à sociedade. Quando um espaço é utilizado pela comunidade há a tendência que as pessoas criem uma relação com ele, desse modo, ele passa a fazer parte do patrimônio da coletividade.

- *Você utiliza esses espaços? Como?*

Avaliar a relação individual com o Patrimônio Cultural. Como na pergunta sobre do significado esta pergunta também será aberta para dar a possibilidade do indivíduo citar exemplos.

Dois importantes imóveis tombados localizados na Praça Santa Cruz passaram por obras de restauro nos últimos cinco anos. A primeira delas e a que causou mais impacto foi o restauro da Matriz de Santo Antônio, durante o período da obra a Igreja esteve fechada e todos os eventos religiosos transferidos para o Teatro Dom Orione, também localizado na Praça. A segunda obra foi revitalização e restauração da Antiga Casa Paroquial. Para entender um pouco mais da relação da população com essas obras foram elaboradas as seguintes perguntas:

- *Sobre as obras de conservação e restauro realizadas na Matriz de Santo Antônio e no Casarão Paroquial:*
 - Você considera as obras importantes?
 - Você conhece os processos/procedimentos da obra?
 - A restauração traz algum benefício à cidade?

A partir dessas três perguntas pretende-se avaliar o conhecimento da população sobre a complexidade de uma obra de restauro que é diferente de uma obra de reforma. A primeira pergunta avalia o conhecimento da população sobre a necessidade da realização da obra, a segunda sobre os procedimentos que envolvem técnicas e profissionais específicos e a terceira se essa obra é importante ou não para a cidade.

- *Há algum outro imóvel histórico na cidade que precise deste tipo de intervenção?*

Avaliar se a população tem o conhecimento da necessidade deste tipo de intervenção e se ela está atenta às necessidades na questão da preservação do patrimônio na cidade.

3.4 Análise de Dados

As entrevistas realizadas na cidade de Ouro Branco – MG são baseadas na relação de memória individual e patrimônio cultural e procuram mostrar como essa pequena parcela da população entrevistada se relaciona com os Lugares de Memória, que também correspondem ao patrimônio cultural institucionalizado, da região escolhida.

As entrevistas foram realizadas nas regiões já pré-definidas. Para a análise de dados eles foram separados em dois grupos: Grupo 01 e Grupo 02, sendo, Praça Santa Cruz e Avenida, respectivamente. Quanto ao perfil do público entrevistado é bem amplo, houve grande variação quanto à faixa etária, escolaridade e profissão. O que mais difere os dois grupos é o tempo e o local de residência na cidade. O Grupo 01, correspondente aos residentes nas imediações da Praça Santa Cruz, apresentou mais tempo residência, em média, acima de 30 anos, sendo que a maioria dos entrevistados nasceram na cidade. Já no Grupo 02 o tempo de residência é menor, não ultrapassando 20 anos de residência, geralmente as pessoas são naturais de outra cidade, porém imigraram nas últimas décadas em busca de trabalho (GRÁFICO 01).

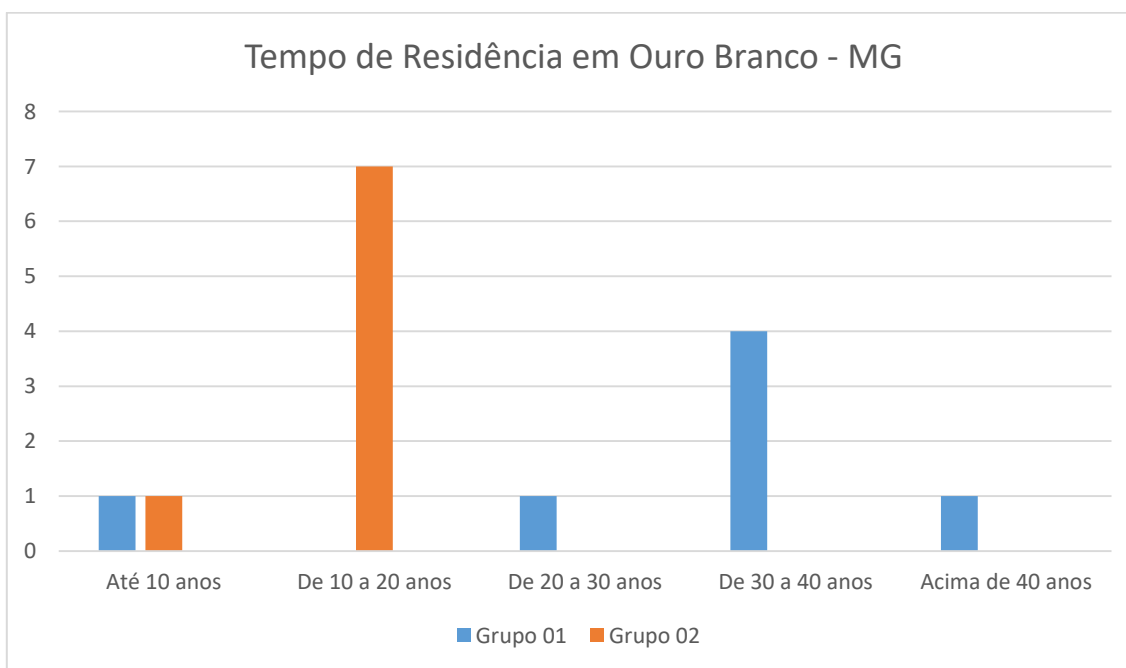


Gráfico 01 – Tempo de Residência em OB
Autor: Letícia Maciel

Na primeira parte do roteiro para entrevista, sobre o conhecimento acerca de conceitos relacionados ao patrimônio cultural, foi possível constatar que o entendimento sobre o que é patrimônio é quase consensual, a maioria dos entrevistados afirmam saber o que exatamente é, porém, a definição utilizada sempre remete a termos como ‘coisas antigas’ e ‘coisas velhas’. A transmissão de um passado histórico também é um assunto comentado, o patrimônio é considerado a representação viva do passado, as pessoas afirmam que através dele torna-se possível imaginar como era ‘antigamente’, hábitos e costumes da época. Pequenos detalhes na arquitetura afluam a imaginação sobre o que acontecera num passado distante. Mesmo havendo vários comentários sobre o que é o patrimônio cultural não há uma resposta definitiva e concreta para o assunto, são sempre utilizados termos bem leigos.

Ainda na primeira parte os entrevistados são questionados sobre a legislação, tendo como destaque o tombamento. Como acontece na resposta anterior, a maioria afirma saber o que é tombamento e afirmam considera-lo importante, porém, ao propor algum aprofundamento no assunto há certa dificuldade de explicação, a resposta gira em torno da ideia que o tombamento impede qualquer alteração no bem cultural. Ele é definido como um instrumento de proteção que preserva o bem da forma que ele está atualmente, que impossibilita qualquer forma de intervenção, seja interna ou externa. É possível perceber que, mesmo superficial, há certo entendimento da maioria das pessoas quanto o que é tombamento. Porém mesmo a maioria dos entrevistados dando uma resposta satisfatória nesta pergunta houve respostas que chamaram a atenção como, por exemplo, um dos entrevistados que afirmou que tombamento seria a demolição ilegal de algo histórico.

O conhecimento da existência de bens culturais tombados na cidade existe, porém, os bens citados são, quase sempre, os mesmos: Matriz de Santo Antônio, Capela de Nossa Senhora Mãe dos Homens, Casarão Paroquial e Fazenda de Tiradentes. Exclui por exemplo às edificações ao longo da MG 129 que liga a cidade de Ouro Branco à Ouro Preto, a Fazendinha do SESI Minas e alguns imóveis particulares na própria Praça Santa Cruz. Os bens citados são aqueles que estão ligados ao dia-a-dia dos indivíduos, com exceção da Fazenda de Carreiras, conhecida como Casa de Tiradentes, estão localizados na região central da cidade.

Após a coleta de dados da primeira parte do roteiro de entrevista os entrevistados foram questionados quanto à relação com bens (GRÁFICO 02 e 03), dando destaque para a forma de utilização e as lembranças relacionadas a eles. É neste ponto que os dois grupos

entrevistados se diferem quanto às respostas. O Grupo 01 apresentou respostas que demonstram maior interação com os bens culturais, por residirem nas imediações dos bens culturais, a utilização acontece com maior frequência, enquanto o Grupo 02, apenas um dos entrevistados afirmaram frequentar esses bens. Porém mesmo que os bens dessa região tenham diferentes usos: comercial, lazer e religioso, apenas o uso religioso é destacado. Entre as lembranças mais citadas a respeito destes bens estão momentos da vida religiosa, como batizados, casamentos e rituais. As edificações que apresentam outros usos são citadas apenas quando há a realização de perguntas direcionadas a elas, portanto, a utilização ocorre, porém, a consciência que tal bem é tombado geralmente não existe.

A utilização como algo benéfico à sociedade é comum na opinião dos entrevistados que frequentam os espaços tombados. Como descrito no conceito de patrimônio cultural, os entrevistados, sempre relacionam o bem como representação do passado e isso, de uma forma ou outra, traz a eles certa afinidade que contribui para a sua formação de identidade. Já àqueles que não possuem qualquer tipo de interação, desconsideram o benefício.

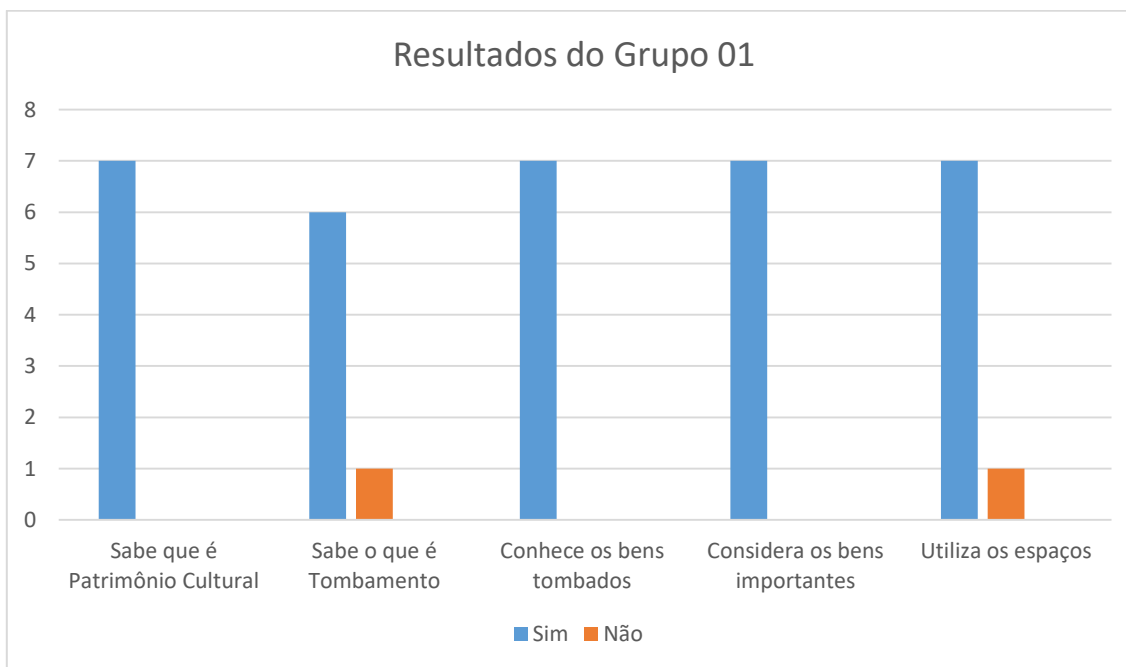


Gráfico 02 – Levantamento de Dados Grupo 01
Autor: Letícia Maciel

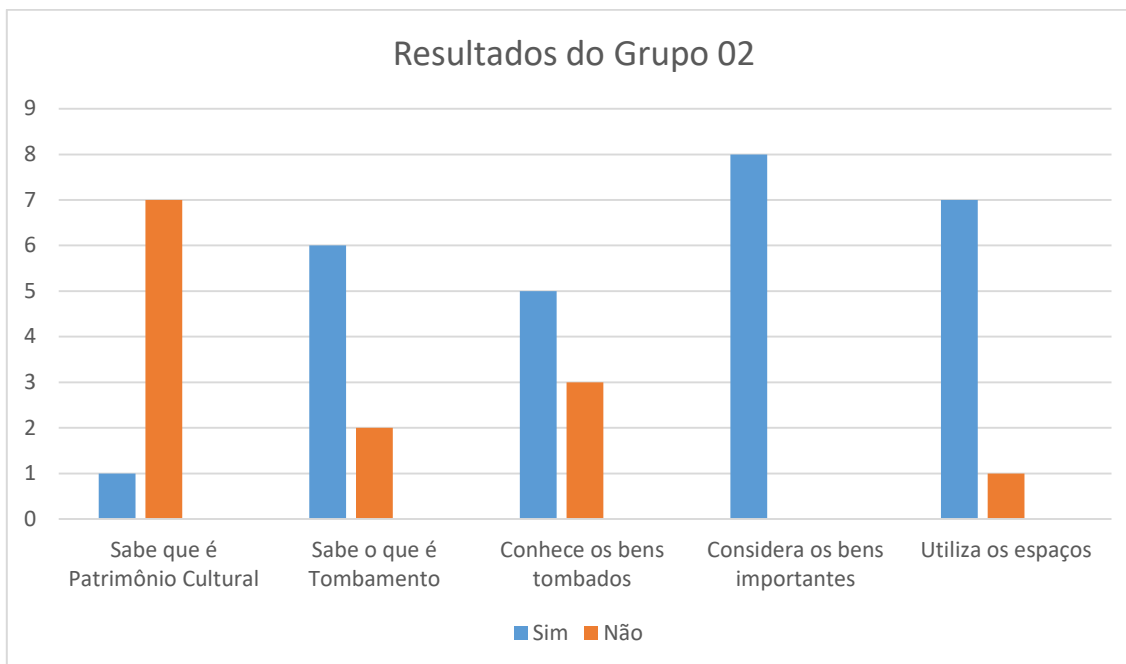


Gráfico 03 – Levantamento de Dados Grupo 02
Autor: Letícia Maciel

A última parte do roteiro de entrevista está relacionada às obras de conservação e restauro realizadas no Casarão Paroquial e na Matriz de Santo Antônio, ambas as edificações localizadas na Praça Santa Cruz (GRÁFICO 04 e 05). Nos dois grupos entrevistados há consenso sobre a importância da realização deste tipo de obra, pois julgam estes edifícios como fonte de história, porém o conhecimento sobre os procedimentos de uma obra deste tipo é quase inexistente, apenas em uma das entrevistas houve resposta afirmativa para a pergunta sobre os procedimentos técnicos. A maioria dos entrevistados durante as respostas fazem os seguintes comentários: ‘não vi diferença nenhuma’ ou ‘o que realmente foi feito?’. Aqueles que responderam de forma afirmativa as respostas da primeira parte, sobre o conhecimento da existência de outros bens culturais na cidade, afirmaram que alguns destes bens possuem a necessidade de intervenção para a preservação e conservação, porém, aqueles que se quer conhecem os bens tombados na cidade, simplesmente não consideraram a necessidade de intervenção em qualquer outro bem cultural.

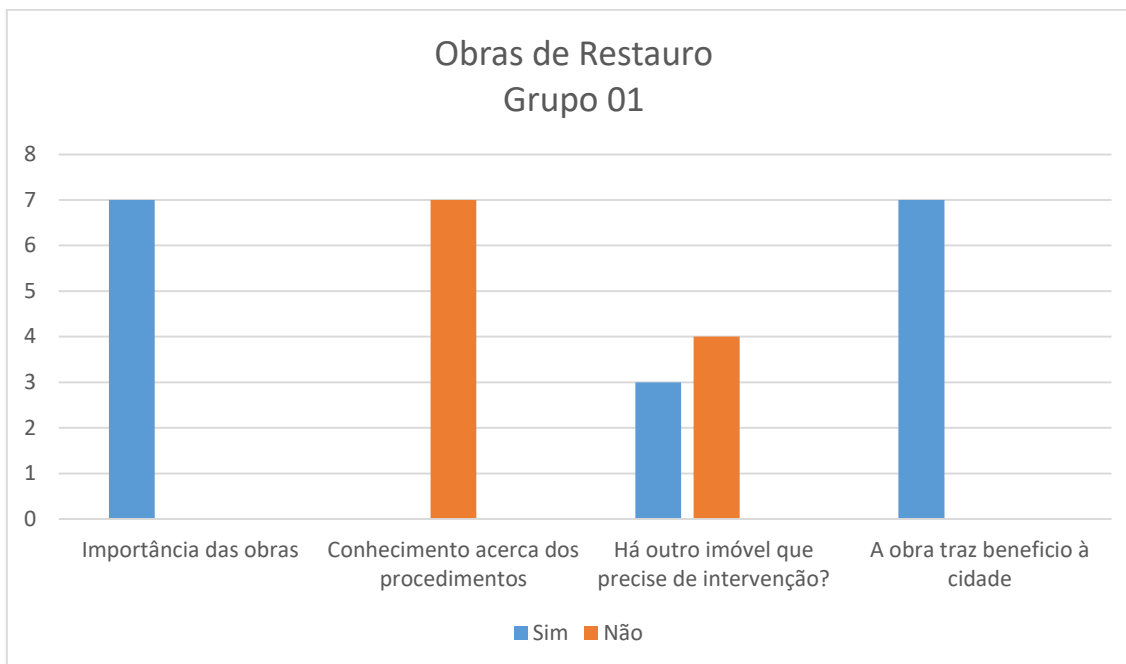


Gráfico 04 – Obras de Restauro Grupo 01
Autor: Letícia Maciel

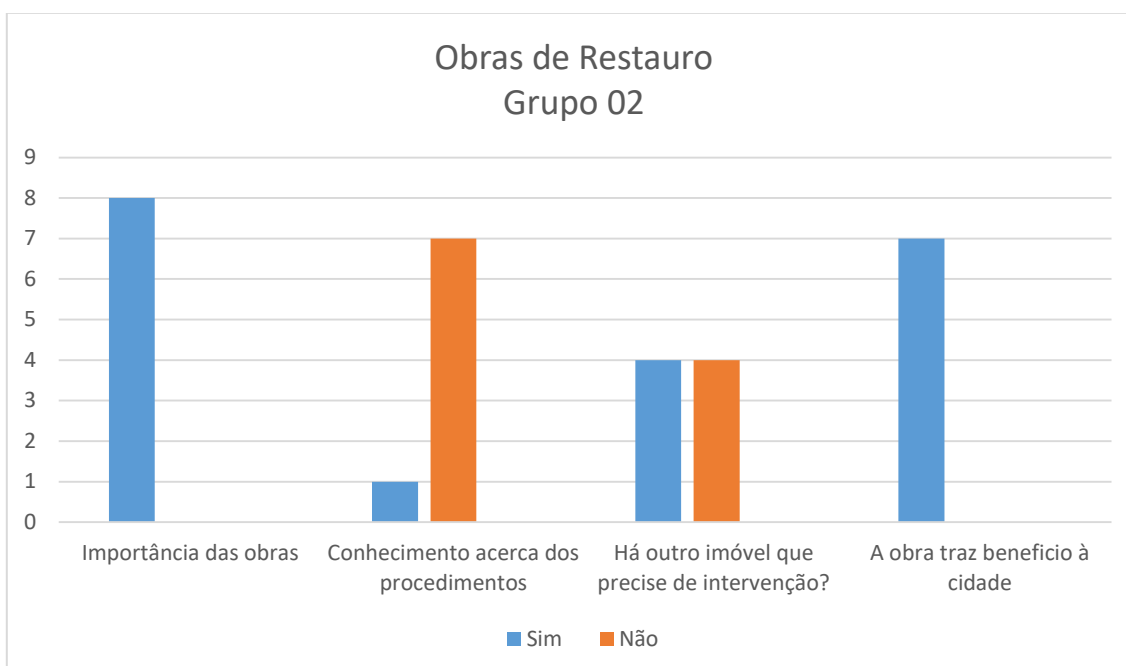


Gráfico 04 – Obras de Restauro Grupo 02
Autor: Letícia Maciel

Apesar de roteiro de entrevista apresentar, em sua maioria, questões diretas, apenas com as alternativas ‘sim’ ou ‘não’, durante as entrevistas procurou-se estabelecer um diálogo com o objetivo de extrair o máximo de informações dos entrevistados.

A partir das informações obtidas com as entrevistas foi possível verificar alguns dados já descritos anteriormente, como o fato já descrito por Pollak (1992), de que os relatos não apresentam exata ordem cronológica, a ordem de citação talvez esteja mais relacionada com a relevância do fato do que com a data em que ele aconteceu. No caso das entrevistas, como a maior interação entre as pessoas é com a Matriz de Santo Antônio, os relatos giram em torno de momentos da vida religiosa. Além desses relatos não apresentarem rigor cronológico, os entrevistados, usam sempre pontos específicos para realizar a narrativa da lembrança. São sempre descritos casamentos, batizados e outras festividades religiosas.

As perguntas discursivas do roteiro de entrevista procuravam resgatar qualquer tipo de lembrança do indivíduo em relação ao patrimônio cultural da cidade. As lembranças relatadas foram construídas a partir de experiências particulares, porém, os fatos narrados aconteceram dentro de uma realidade coletiva, são fatos diretamente ligados à vida social como, por exemplo, as festividades religiosas, mesmo que o indivíduo tenha a sua própria lembrança a respeito do fato, ele aconteceu dentro de um contexto comunitário. A memória ligada ao comportamento social é definida por Le Goff (1996) como Memória Étnica⁶.

Pollak (1992) no item 1.0 Memória Individual e Coletiva pontua três pontos importantes para a construção da memória, tanto individual quanto coletiva: acontecimentos, personagens e lugar. As lembranças narradas pelos entrevistados possuem como fator acontecimento os eventos religiosos (casamentos, batizados e festividades), eles são os fatos que, de alguma forma, marcaram os indivíduos e hoje são lembranças individuais. Os personagens, normalmente, são os próprios indivíduos ou pessoas pertencentes ao mesmo círculo social, eles narram o próprio casamento, o batizado de um parente próximo, sendo assim eles fazem parte do contexto que se transformou em memória. A Matriz, que é o bem cultural mais citado, é onde ocorrem os eventos narrados, portanto ela corresponde ao lugar/espço da memória.

Mesmo que as informações obtidas através das entrevistas fossem estritamente individuais foi possível perceber que elas fazem parte de uma memória coletiva. Todos os dados narrados são lembranças individuais, porém, há uma certa repetição dos fatos, o que faz delas

⁶ Termo descrito no item “Memória Individual e Coletiva”

uma memória coletiva em relação ao bem. Isso fica bem claro em relação a Matriz de Santo Antônio, que está presente na maioria dos relatos, mesmo que os entrevistados realizem a narrativa acerca de fatos isolados, os fatos são sempre os mesmos – casamentos, batizados, rituais religiosos – portanto, esses fatos, apesar de acontecerem dentro de uma realidade individual, são referências comuns entre a indivíduos o sobre a Matriz.

Nem todas as edificações tombadas, segundo os dados obtidos através das entrevistas, respeitam as três características – material, simbólico e funcional – propostas por Nora (1984) como base para um determinado local ser considerado um Lugar de Memória. A Matriz de Santo Antônio, segundo os dados, é o único bem que cumpre esses três pré-requisitos. Por ser um bem arquitetônico ela já cumpre a função material, já o simbólico fica por conta do significado que ela assume para a comunidade no qual ela está inserida, há uma relação particular de memória dos indivíduos com o bem, já o aspecto funcional existe porque além de haver uma relação com a memória dos próprios indivíduos ela representa um passado ainda mais distante, da sua época de construção e dos primeiros frequentadores, período reconhecido pelos entrevistados como história, que dá suporte para a formação de uma identidade comum através do passado.

A questão funcional mostrou-se importante para o reconhecimento de uma edificação como patrimônio. Segundo as entrevistas foi possível observar que há uma certa associação de patrimônio a edifícios religiosos, que na maioria dos casos, é o bem cultural que apresenta maior uso. Sempre que se iniciava uma conversa sobre o patrimônio da cidade e as memórias relacionadas a ele eram citados os edifícios religiosos. Para que os outros bens tombados fossem tidos como patrimônio cultural era necessária uma explicação, só depois disso que havia o reconhecimento do bem como patrimônio cultural.

4 Considerações Finais

Desde as primeiras civilizações é possível perceber que o ser humano tem a necessidade da preservação de sua memória. O primeiro meio de memória encontra-se na música, através de cantigas, as sociedades sem escritas narravam suas histórias e seus mitos. Neste contexto surge o homem-memória, aquele que seria o responsável pela transmissão dessas cantigas para as gerações futuras. Com o desenvolvimento da escrita há uma reviravolta na forma de preservação e transmissão. O que antes era feito quase que completamente de forma oral torna-se agora passível de registro, ultrapassando as barreiras impostas pelo tempo.

A memória é fator importante para a formação da identidade do indivíduo e da sociedade em que ele está inserido. Segundo Lowenthal “*o passado nos cerca e preenche*” (LOWENTHAL, 1998, p. 02), isso, talvez, seja o motivo da procura incessante de preservação daquilo que foi deixado por sociedades anteriores. A identidade, por sua vez, atua como instrumento de reconhecimento e pertencimento do indivíduo no meio que ele vive, ela proporciona certa coesão ao grupo. A perda dessa memória corresponderia à perda de identidade. Segundo Le Goff (1996) essa procura e necessidade de preservação da memória vêm do medo da sua perda.

A partir das entrevistas foi possível perceber que o assunto ‘Patrimônio Cultural’ ainda é marcado pela superficialidade, há pouca aderência entre os sujeitos e o patrimônio. Quando questionados, os entrevistados, não apresentaram respostas profundas, elas são sempre direcionadas ao mesmo tipo de bem cultural. Apesar das diferentes naturezas – material e imaterial – apenas o patrimônio arquitetônico foi comentado. Mesmo não sendo objetivo do trabalho levantar dados sobre o patrimônio cultural imaterial, foi possível perceber que não há qualquer menção deste tipo de bem.

Mesmo não havendo tanto aprofundamento sobre os conceitos acerca do patrimônio cultural foi possível constatar que a comunidade reconhece a necessidade da preservação dos bens culturais, pois, segundo os entrevistados eles representam a história e o passado do lugar, consideram importante a realização de obras específicas para os edifícios tombados, porém em relação aos procedimentos técnicos e porque esses imóveis possuem a necessidade de intervenções tão específicas, realizadas por mão de obra especializada, não há conhecimento.

Por mais que haja debates ou eventos direcionados a temática do patrimônio cultural, ela ainda continua à margem da maioria da população, que reconhece apenas o básico. Essa falta de reconhecimento é um dos fatores que dificultam a preservação em várias regiões, mesmo reconhecendo a necessidade de preservação, não há qualquer mobilização para tal ação. Quando há a interação da população nos assuntos relacionados à preservação cultural se torna mais fácil a efetivação de proteção aos bens culturais.

Fundamentado nas entrevistas foi possível perceber que a maioria dos bens tombados realizam uma transmissão histórica para os indivíduos. Eles são sempre relacionados a um passado distante, mas como já observado, os bens vão muito além disso, eles não são apenas edificações cristalizadas no tempo. Por mais que uma edificação tenha sido construída no século XVIII, por exemplo, ela exerce função de transmissão de memória não apenas do período de sua construção, mas de todo período de sua existência. Até uma criança, que não conheça a sua história, mas a frequente, já tem capacidade de estabelecer uma memória individual sobre a edificação.

Memória e Patrimônio Cultural assumem uma relação cíclica. O patrimônio, como lugar de memória, é responsável por manter vivo, através do tempo, um passado que já não existe mais e que talvez nenhum indivíduo vivo o presenciou. A memória, por sua vez, além de construir a identidade coletiva, é responsável pelo estabelecimento de uma relação pessoal do indivíduo com o patrimônio, o que conseqüentemente, irá favorecer a sua preservação. Portanto a memória pode ser criada pelo patrimônio e o patrimônio preservado pela memória.

Referências Bibliográficas

ÁREVALO, Maria da Conceição da Massena. **Lugares de Memória e a prática de preservar através do concreto.** In: ENCONTRO MEMORIAL DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS, 1., 2014, Mariana. Artigo. Mariana: ICHS, 2014. p. 1 - 14.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício de historiador.** Apresentação à brasileira, Lilia Moritz Schwarcz; tradução André Telles - Rio de Janeiro: Zahar, 2001. 159.

BOITO, Camilo. **Os Restauradores.** 2. ed. Cotia - SP: Ateliê Editorial, 2003

BOHRER, Alex Fernandes. **Ouro Branco: Contexto Histórico.**

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração.** Cotia - SP: Ateliê Editorial, 2005.

BRASIL, **Decreto Lei nº 25,** 1937.

BRASIL, **Constituição Federal,** 1988.

COUTINHO, M. T. C.; CUNHA, S. E. **Os caminhos da pesquisa em Ciências Humanas. Belo Horizonte:** Editora PUC Minas, 2004.

DICIONÁRIO MICHAELIS <<http://michaelis.uol.com.br>> Acesso em 03 de março de 2017.

GOFF, Jacques Le. **História e Memória.** Campinas: Unicamp, 1990. 476 p. Tradução de: Storia e memoria. Disponível em: <<http://groups.google.com.br/group/digitalsource>>. Acesso em: 29 nov. 2016.

GONÇALVES, Janice. **Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural.** *Historiæ*, Rio Grande, p.27-46, 2012.

GUARINELLO, Norberto Luiz. **Memória coletiva e história científica**. In: I CONGRESSO DE CIÊNCIAS HUMANAS. 1993. Belo Horizonte: Ufmg, 1993. p. 180 - 193. Disponível em: <www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3763>. Acesso em: 23 nov. 2016.

IPHAN. Carta de Atenas. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>> acessado em março de 2017.

KESSEL, Zilda. **Memória e memória coletiva**. Disponível em: <www.memoriaeducacao.hpg.ig.com.br>. Acesso em: 28 nov. 2016.

HALBWACHS, Maurice. **Memória Coletiva**. 2. ed. França: Universitaires de France, 1990. Tradução de Laurent Léon Schaffter.

LE DUC, Viollet. **Restauração**. Cotia - SP: Ateliê Editorial, 2000.

LOWENTHAL, David. **Como conhecemos o passado**. Tradução de Lúcia Haddad. Proj. História, São Paulo, v. 17, p. 63-201, nov. 1998.

LUSO, Eduarda; LOURENÇO, Paulo B.; ALMEIDA, Manuela. Breve história da teoria da conservação e do restauro. **Eng Civil**, Braga, v. 20, p.31-44, jan. 2004.

MACIEL, L. PEREIRA, C. RODRIGUES, N. **Dossiê de Restauro da Sede da Banda de Música de Ouro Branco**, Ouro Preto, 2014.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: A problemática dos lugares**. In: NORA, Pierre. Les lieux de mémoire. I La République. Paris: Gallimard, 1993. p. 7-28. Tradução de Yara Aun Khoury.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p.200-212, 1992.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO. **Dossiê de Tombamento da Matriz de Santo Antônio de Pádua.**

RICOEUR, **Paul. Memory, history, oblivion.** In: HAUNTING MEMORIES? HISTORY IN EUROPE AFTER AUTHORITARIANISM, 2003, Budapeste.

ROCHA, Thaíse Sá Freire. **Refletindo sobre memória, identidade e patrimônio: as contribuições do programa de Educação Patrimonial do MAEA-UFJF.** In: ENCONTRO REGIONAL ANPUH, 18, 2012, Mariana, 2012. p. 01 - 12.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Preservação do patrimônio cultural em cidades.** 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

SIMÃO, Maria Cristina da Rocha. **Diferentes olhares sobre a preservação das cidades: entre os dissensos e o diálogos com o patrimônio.** 2016. 266 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós Graduação em Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UFRJ, Rio de Janeiro, 2016.

VIEIRA, Itala Maduell. **A memória em Maurice Halbwachs, Pierre Nora e Michael Pollak.** In: ENCONTRO REGIONAL SUDESTE DE HISTÓRIA ORAL, 2015, Niterói. Artigo. Niterói: Uff, 2015. p. 1 - 10.

SITES:

- <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1211>> Acesso em 22 de janeiro de 2017

Anexos

PERFIL DO ENTREVISTADO	
Gênero	<input type="checkbox"/> Fem <input type="checkbox"/> Masc
Faixa Etária	<input type="checkbox"/> 15 – 20 <input type="checkbox"/> 21 – 30 <input type="checkbox"/> 31 – 41 <input type="checkbox"/> 41 – 51 <input type="checkbox"/> Acima de 51
Escolaridade:	Bairro de Domicílio:
Ocupação:	Bairro onde trabalha/estuda:
PERGUNTAS	
Há quanto tempo você reside na cidade?	
Você sabe o que é Patrimônio Cultural?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Você sabe o que é tombamento?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Você conhece os bens tombados da cidade?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Você considera importante esses tombamentos?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Algum desses bens tombados traz algum tipo de lembrança pra você?	
Os bens tombados são utilizados pela sociedade?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
A comunidade é beneficiada?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Você utiliza esses espaços?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Como?	

Sobre as obras de conservação e restauro realizadas na Matriz de Santo Antônio e no Casarão Paroquial:	
Você considera as obras importantes?	() Sim () Não
Você conhece os processos/procedimentos da obra?	() Sim () Não
A obra de restauração traz algum benefício à cidade?	() Sim () Não
Há algum outro imóvel histórico na cidade que precise deste tipo de intervenção?	() Sim () Não